

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 2 | edição nº 2 | 2013

*Lições da História: A Ascensão da
China e as Relações Sul-Sul*

Roberto Goulart Menezes

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

Lições da história: a ascensão da China e as relações Sul-Sul*Roberto Goulart Menezes*¹

Resenha: Argemiro Procópio. *Capitalismo amarelo*. Relações internacionais da China. 2ª. Edição. Curitiba: Juruá, 2012, 248p. (Coleção Diplomacia e política exterior).

O atual sucesso econômico chinês geralmente é creditado apenas às reformas iniciadas no fim da década de setenta, também conhecidas como as "quatro modernizações" lideradas por Deng Xiaoping, sucessor de Mao Tsé-Tung no comando da República Popular da China. No entanto, entre 1949 e 1979 diversos fatores vividos pela China no tabuleiro internacional e no plano interno contribuíram para moldar as suas opções estratégicas e incidiram diretamente na agenda de reformas econômicas nos setores industrial, comercial, científico e cultural. Para Argemiro Procópio, as lições da história foram bem aprendidas pelo Partido Comunista Chinês (PCC), e incorporadas ao seu processo decisório. Assim, "o PCC se acoplou ao sucesso econômico assim como o sucesso econômico ao PCC" (p. 177). É a partir dessa acoplagem que o autor analisa as contradições, riscos, acertos e os novos desafios da China nas relações internacionais e que deram origem ao *capitalismo amarelo*.

O capitalismo amarelo, também denominado "socialismo com características chinesas", é concebido como um variante do longo processo capitalista. Na literatura de economia política internacional são muitas as formas de se nomear as rápidas transformações econômicas chinesas: capitalismo de Estado, socialismo de mercado, capitalismo vermelho, socialismo mercantil, entre outras. Ao propor o termo capitalismo amarelo, o autor busca sublinhar as peculiaridades históricas, culturais, sociais e políticas de um povo com cinco mil anos de história ininterrupta. Não se trata de um termo pejorativo. Pelo contrário. É uma referência direta ao esforço chinês de buscar combinar pragmatismo, harmonia, interesses e oportunidades sem abrir mão de seu projeto de inserção soberana e ativa na cena internacional, pois os dirigentes do PCC sabem "que pirotecnia na política está fora de cogitação" (p. 180). De acordo com o autor, é preciso reconhecer o papel que tem o Partido Comunista Chinês na conformação dessa modalidade de capitalismo.

¹ Professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB). E mail: rgmenezes@unb.br

O livro de Argemiro Procópio analisa o sino-desenvolvimento em perspectiva original ao combinar conceitos da Economia Política, Sociologia, Antropologia e da Política na compreensão profunda da presença chinesa na cena internacional e raramente captada nas lentes das análises centradas na racionalidade ocidental. O autor é um dos pioneiros dos estudos sobre China no Brasil. No início da década de oitenta, quando as reformas estavam deslanchando e, a China figurava como espaço periférico nos interesses ocidentais, ele empenhou-se em um dos primeiros acordos de cooperação entre uma universidade das Américas com outra chinesa. Esse acordo firmado entre a Universidade de Brasília e a Universidade de Pequim permitiu ao pesquisador obter um conhecimento *in loco* e refinado da sociedade chinesa. Ao longo de quase trinta anos Procópio acompanhou de perto as transformações no Império do Meio participando ativamente de seminários, palestras, pesquisas, entrevistando autoridades das mais diversas áreas da burocracia e cooperando com acadêmicos. É dessa longa convivência que o autor extrai os elementos e formula os seus argumentos acerca do que representa, sobretudo, para os países da periferia os riscos e oportunidades nas suas relações econômicas internacionais com a China. Nas quatro partes do livro, o autor realiza na rica tradição da sociologia das relações internacionais um amplo painel do desafio posto pela nação chinesa para o estudo das Relações Internacionais e em especial para o estudo da política externa brasileira.

Na primeira parte intitulada **o capitalismo amarelo no conflito Sul-Sul**, o autor discute de maneira original a herança chinesa na relação com a lusofonia a partir da exposição da saga dos escravos amarelos conhecidos como Cule ou força amarga. Partindo de Macau, os escravos amarelos criaram as "primeiras pontes entre a China e o novo mundo" (p. 25). Pouco estudado entre nós, a presença dos Cules nas Américas está inscrita na arquitetura, na difusão de novos saberes, na engenharia militar portuguesa ("caso dos fortes construídos na Amazônia e restante do Brasil"), entre outros. Ao lado dessa importante contribuição, no entanto, a brutalidade do patronato contra o trabalhador, escreve Procópio, impediu "um diálogo profícuo do produtor no novo Mundo com a experiência oriental" (p. 30). Em seu lugar difundiu-se ao longo do século XIX o temor do "perigo amarelo" (ressuscitado em muitos círculos conservadores na atualidade).

Em seguida o autor analisa a chegada das mercadorias *Made in China* nas economias latino-americanas e a formação de uma economia paralela que desemprega, marginaliza e encalacra as indústrias da região. Essa face do capitalismo não é uma característica apenas da sua variante amarela, pois "multipolar e arbitrário, o capitalismo sem fronteiras, seja ele

chinês ou indiano, lucra por detrás de biombos" (p. 41). Porém é no comércio internacional que a força do gigante chinês, na condição de maior exportador mundial e um dos maiores sorvedouros de matérias primas e recursos energéticos revela um dos traços centrais do capitalismo amarelo. A sede por petróleo, minérios e demais matérias-primas para por em movimento a nova fábrica do mundo, tem fortes implicações socioambientais. O país já é o maior emissor de poluentes do planeta. Primeira parceira comercial do Brasil, 80% de nossas exportações para a China concentram-se em cinco produtos: soja, petróleo, pasta química de madeira, minério de ferro e açúcar de cana.

Procópio lembra a experiência da periferia industrializada no pós-II Guerra para discutir o que representa hoje a reprimarização de suas exportações para questionar as assimetrias presentes nas relações entre o Sul forte versus um Sul fraco: "nesse contexto, o acoplamento do sul fraco com o sul forte, será ele uma reedição do centro e periferia de Prebisch?" (p. 46). Essa indagação perpassa todo o livro. O autor indaga desde o início da obra se esse acoplamento seria menos injusto dos os que vigoram nas relações internacionais contemporâneas. As assimetrias produzidas e reproduzidas pelo capitalismo amarelo encontram poucas críticas por parte do "pragmatismo circunstancial das diplomacias das trocas [que] se comporta reativamente na integração global" (p. 47). Desse modo, "por intensas que sejam as vendas de minerais, petróleo e alimentos dos países de desenvolvimento retardatário para a República Popular da China, a mudança do eixo das parcerias injustas que antes era Norte-Sul e agora Sul-Sul define interesses moldados por desigualdades" (p. 51). Essas assimetrias associadas a uma inserção regressiva de países como Brasil, Argentina, Uruguai, entre outros, "reprimarizadas cada uma à sua maneira [...] perderam a coragem professada no tempo da substituição das importações" (p. 55). O pensamento crítico latino-americano referenciado nas teorias da dependência oferecem pistas para se pensar e formular acerca da nova dependência.

Para o autor é necessário superar as estratégias reativas presentes nas diplomacias e abandonar equívocos como o de atribuir o sucesso chinês, sobretudo, a abundância de mão-de-obra. A estratégia chinesa vai mais além desse fator. O PCC com suas reformas econômicas colocou no centro de sua meta a produtividade, a eficiência, o conhecimento científico e a competitividade. A ideologia socialista não compõe a equação dos negócios: "democratas ou ditadores, os árabes, africanos, europeus, asiáticos e latino-americanos, nenhum deles o capitalismo amarelo discrimina em nome de princípios e de ideologias. O

ecumenismo comercial como uma nova devoção do capitalismo amarelo fala mais alto do que a ideologia" (p. 65). A cooperação nesses moldes não trará prosperidades para o lado fraco.

A segunda parte, **século do dragão**, dedica importante espaço para analisar as contribuições do maoísmo na formação do projeto chinês. É comum a história recente do país ser dividida em dois períodos: o de Mao (1949-1976) e os das reformas implementadas por seus sucessores. Esses dois períodos são complementares e não opostos. Para o autor, os ecos do período maoísta como a Revolução Cultural (1966-1976), integram o rol de variáveis para se entender pontos-chave do atual sucesso econômico e social chinês. Assim, "a Revolução Cultural, criticada por quase todos da comunidade acadêmica, deixou cicatrizes em uma geração que testemunha o tempo passar rápido demais para ela. Mal ou bem, ensinou a atravessar o rio de águas revoltas sempre com o pé apoiado em pedras" (p. 175). É necessário "separar o joio do trigo nos acoplamentos da política externa da RPC" (p. 107). A nova longa marcha conduzirá a China ao posto de "primeira potência mundial" (p. 108).

De acordo com Procópio, diferente do entendimento do período maoísta, quando a China se aproximou e associou-se as nações que criticavam a ordem bipolar e lutavam contra o subdesenvolvimento, o capitalismo amarelo não se apresenta como "catalisadora das esperanças da periferia" (p. 108). Para que isso ocorresse seria preciso haver correções nos rumos das relações entre "a parceria desigual dos periféricos com o capitalismo amarelo" (idem). O pragmatismo do capitalismo amarelo parece sepultar esperanças nesse sentido.

A política externa do período maoísta contabiliza importantes feitos, como o famoso acordo com Washington em 1971 que retirou a China do isolamento internacional, conquistou um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas e rendeu parcerias com os norte-americanos que possibilitaram o acesso a novas tecnologias. Desde sua ruptura com Moscou, no contexto do desenvolvimento nuclear chinês, Mao Tsé-Tung teria trabalhado para evitar os erros do "modelo soviético" e assegurar a autonomia da China frente à hegemonia soviética. Foi assim que a China "cuja geopolítica mundial dos anos 60 e 70 a encapsulou, com paciência extraiu dividendos desse isolamento. No século XXI, diva do comércio internacional, ela se integra como líder à economia mundial" (p. 118). Contudo, o êxito chinês do seu capitalismo autárquico por conta do seu isolamento até os primeiros sinais positivos de suas reformas econômicas, vive as voltas com incógnitas de sua própria superprodução: "o que ninguém antecipa é o que sucederá quando a China se der conta que o capitalismo amarelo a transformou numa indefesa prisioneira de sua própria superprodução." (p. 118).

O capitalismo amarelo, assim, alimenta e extrai benefícios do "subdesenvolvimento sustentável" das economias periféricas. Na América do Sul, política e solidariedade estão "em plano inferior à comercial" e isso, de acordo com o autor, "canalizará contra si a antipatia que os povos latinos nutriam pelo avizinhado imperialismo estadunidense." (p. 134). A presença chinesa nos mercados sul-americanos desafia o Brasil em um espaço econômico de grande importância para a exportação de suas manufaturas. Até mesmo no âmbito do MERCOSUL essa presença se faz sentir cada vez com mais força e intensidade.

A terceira parte, **metáfora do bambu**, foca no relacionamento internacional da China e em suas ações nesse campo. Em especial, o autor aborda as relações China-Estados Unidos sob a ótica da economia e da geopolítica. O fato da China ser a maior detentora de títulos da dívida norte-americana afastou hostilidades do passado. Vale recordar que os acontecimentos da Praça da Paz Celestial (1989), levaram a duras condenações dos Estados Unidos à Pequim em relação aos Direitos Humanos e estremeceu as relações entre ambos. Hoje a interdependência entre direitos humanos e economia praticamente já não existe e quando são mencionadas não tem efeitos práticos.

A condição de potência mundial emergente é considerada por Pequim com descrição. A contribuição chinesa no combate ao terrorismo na Ásia central, o compromisso com a segurança regional, o envolvimento na questão coreana compõem o rol de temas da agenda de Pequim que Washington acompanha de perto. No entanto, eventos como a invasão do espaço aéreo chinês em 2011 e o ataque norte-americano a embaixada chinesa em Belgrado quando da Guerra do Kosovo, estão acesos na memória da diplomacia chinesa. Para o autor, "Pequim raramente batalha por definição de agendas. Entende que o PCC prefere influenciar na rota dos acontecimentos para aproximá-los, o quanto possível, dos seus projetos" (p. 179).

A reforma também se faz sentir na atuação do Estado chinês, executor de um "socialismo prático e pouco retórico" (p. 171). O lugar que o Estado ocupa nas relações econômicas ajuda a entender o fluxo de investimentos recebidos, pois honra a confiança que fez da China destino de volumosas quantidades de investimento contínuo. A reforma administrativa do aparato burocrático, segundo o autor, é um dos principais responsáveis pela redução do custo China. Em oposição, países como o Brasil, seguem com grande parte da burocracia com baixa eficiência e patrimonialista, contribuindo para o seu subdesenvolvimento sustentável. Caberia aqui uma discussão mais pormenorizada e estudos comparativos a respeito desse ponto. Na literatura há um importante debate sobre as relações entre instituições e desenvolvimento.

A possível unificação das Coreias "constitui um ponto nevrálgico no diálogo da sino-diplomacia com os Estados Unidos da América" (p. 187). A posição chinesa sobre esse tema crucial para a segurança regional é, segundo o autor, ambígua: "o PCC deseja para 'duas Coreias' o continuísmo da divisão que ele recusa para si, ou seja, a política das 'duas Chinas'" (p. 188). Aliada da Coreia do Norte, regime que enfrenta constantes questionamentos internacionais em função do seu programa nuclear, a influência chinesa sobre o regime norte-coreano poderá ser de grande utilidade no jogo geopolítico regional, e servir como ponte para abrir caminho e diálogo com os Estados Unidos para a tão almejada reincorporação de Taiwan por Pequim.

Essa estratégia da política de boa vizinhança se estende para toda a região através de diversos acordos de cadeias produtivas. Sem descuidar das relações renovadas com a Nova Rússia, Pequim segue articulando-se com outras diplomacias na região com o maior número de potências nucleares.

Na quarta parte, **o tesouro do Oeste no império do meio**, Procópio apresenta um amplo painel da questão tibetana, conhecido ponto de tensão da ordem social chinesa desde a sua ocupação pelo regime em 1959 e que realçam o debate sobre direitos humanos no país.

A independência reivindicada pelo Tibete teria como origem o fim dos privilégios seculares a partir das mudanças operadas pelo PCC e instaurou o conflito entre os nobres da elite religiosa e os defensores do comunismo, afirma o autor. Conhecedor da temática religiosa e os vínculos com a política, o autor analisa como se deram a abolição da servidão, o papel da mulher e da criança nessa região. As transformações na ordem social chinesa, como o processo de emancipação feminina, teve na própria companheira de Mao, Jiang Qing, uma de suas líderes. Ela ameaçava com a pena capital os reincidentes envolvidos em casos de violência contra a mulher, como o espancamento e prática de mutilação.

Na conclusão, o autor retoma os desafios e promessas representados pelo capitalismo amarelo. Para o Brasil, eles exigem mais que medidas protecionistas e análises datadas acerca do papel da China na cena internacional. Segundo o autor, cabe ao País extrair lições da pujança chinesa baseada no trabalho coletivo e na busca de harmonia. A parceria estratégica firmada entre os dois países carece de conteúdo e sentido de fato estratégico. Os ganhos só virão se lições da história chinesa forem realmente compreendidas e assimiladas pelos tomadores de decisão brasileiros. Parceira do Brasil no fórum Brics, esse espaço, segundo o autor, constitui um dos caminhos para aprimorar a cooperação da China e renovar seu *modus operandi* no trato das periferias.

A diplomacia Panda ocupa com voracidade mercados por todo o globo e nem sempre compartilha a prosperidade. Humilhada pelo imperialismo inglês por décadas, a China carrega em sua memória internacional o fardo da humilhação e sabe o valor da soberania. No passado, a arrogância inglesa se expressava em placas afixadas em logradouros públicos com os seguintes dizeres: "proibida a entrada de chineses e cachorros" (p. 212). Desde o fim do século XX, tapetes vermelhos são estendidos nas recepções de negócios oferecidas aos chineses: seriam eles os novos candidatos a senhores do mundo?

Recebido em: Março de 2013

Aprovado em: Maio de 2013